TEA no ensino regular: estudo de caso comparativo entre redes pública e privada

Autor(res)

Silvia Regina Cassan Bonome Vanzelli
Priscila Fernanda Canassa Dos Santos

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE JAÚ

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem aumentando consideravelmente no mundo, estima-se que uma em cada 100 crianças apresenta o diagnóstico (WHO, 2022). Esse crescimento vem indicando novos desafios aos sistemas educacionais, principalmente a países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, que possui desigualdades regionais significativas no acesso a recursos pedagógicos, formação docente e em suporte especializado nas diversas áreas de inclusão. Assim, a inclusão escolar de alunos com TEA vai além da questão pedagógica, mas se apresenta como um problema social e de saúde pública que demanda políticas intersetoriais.
Nos últimos anos, pesquisas apontam para o avanço da inclusão escolar, porém, há muitos obstáculos no contexto brasileiro, principalmente em relação à formação docente e à implementação de políticas públicas inclusivas (NASCIMENTO et. al., 2024; MAZZEI et al., 2025). No Brasil, a legislação garante o direito à educação inclusiva, conforme estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
Nesse cenário, tem-se apresentado disparidades importantes entre escolas públicas e privadas. Em contraste, nas escolas públicas, principalmente nas estaduais, é habitual encontrar resistência para efetuar modificações pedagógicas, limitando-se muitas vezes a métodos padronizados que não atendem às particularidades dos alunos (SCHMIDT; BOSA, 2020).
Diante do contexto apresentado, a questão central que norteou o estudo foi: em que medida as diferenças entre escolas públicas e privadas impactam o processo de inclusão de alunos com TEA, tanto no aspecto acadêmico quanto emocional? Enfim, a singularidade da presente pesquisa está em ir além de uma revisão teórica sobre o TEA e sua inclusão na educação, mas, de oferecer uma análise prática fundamentada em um estudo de caso.

Objetivo

O presente trabalho teve como objetivo geral comparar as práticas inclusivas de escolas públicas e privadas a partir do atendimento de um aluno com TEA de suporte 2 em relação a descrições em entrevistas com profissionais de escolas públicas e privadas. Buscou-se analisar as práticas inclusivas, seus impactos educacionais e emocionais e o papel da Psicologia Escolar e Educacional nesse processo.

Material e Métodos

Este trabalho empregou a metodologia qualitativa, descritiva e exploratória, com técnica de estudo de caso (Yin,

2015). A investigação concentrou-se no acompanhamento de um aluno de 8 anos, TEA nível 2, matriculado no 3º ano do Ensino Fundamental I, em uma escola particular do interior de São Paulo. A observação direta possibilitou identificar as práticas pedagógicas e as estratégias inclusivas com destaque para as adaptações curriculares. Foram comparados relatos de 8 profissionais: 2 professoras de classe e 1 de educação especial da escola privada; 3 professoras EF I e 2 EF II.

Para fundamentação teórica e discussão foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando materiais publicados entre 2010 e 2025 nas bases de dados Google Acadêmico, Pubmed e SciElo.

As ferramentas metodológicas abrangeram a observação participativa em sala de aula com professores e demais alunos, o registro sistemático em diário de campo, entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação. As entrevistas tiveram duração entre 30 e 50 minutos, sendo gravadas e posteriormente transcritas. As observações seguiram roteiro focado em rotinas, recursos de apoio e respostas comportamentais e academicamente relevantes.

Resultados e Discussão

Diante das adaptações curriculares na escola privada pôde-se notar uma atitude proativa das educadoras em relação às necessidades do aluno. As modificações no currículo eram comuns e elaboradas de maneira cuidadosa. Entre as estratégias observadas, destacaram-se a simplificação das questões, o emprego de materiais visuais, a organização diferenciada das atividades diárias e a comunicação contínua com especialistas externos. Essas ações influenciaram de forma significativa a motivação do aluno, impulsionando sua autoestima e ampliando sua interação social. Esses resultados estão em consonância com as reflexões de Mendes (2019) e Vygotsky (1991), que enfatizam a relevância da mediação pedagógica e das adaptações curriculares para promover o desenvolvimento tanto cognitivo quanto emocional. Também em linha com o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA/UDL - MITCHELL, 2023).

Por outro lado, na escola pública, profissionais relataram dificuldades na implementação de ajustes, muitas vezes devido à alta carga de trabalho ou falta de capacitação específica. Também foi notada uma escassez de comunicação com especialistas externos à escola, o que restringe a colaboração. A dificuldade em adaptar as práticas pedagógicas já havia sido apontada por Pletsch (2014), que destaca a resistência dos educadores como um dos principais obstáculos à inclusão em sala de aula. Schmidt e Bosa (2020) reforçam que a falta de adaptações compromete não apenas o processo de aprendizagem, mas também o bem-estar emocional dos estudantes.

Os resultados demonstram associação entre adaptações e engajamento, com reflexos importantes na autoestima e pertencimento do aluno, sendo condizente com a literatura (NASCIMENTO et al., 2024; ZOGHBI, 2024). Do ponto de vista educacional, a aprendizagem mostra-se condicionada ao suporte à flexibilidade cognitiva de acordo com os efeitos esperados para alunos com TEA (nível 2). Os resultados indicam que as condições de implementação (políticas, recursos, estruturas e arranjos de apoio) explicam mais as diferenças observadas do que propriamente o setor público ou privado de ensino.

Por último, o papel da Psicologia Escolar e Educacional configura-se como mediadora e agente crítico-político. O psicólogo, portanto, deve não só ajudar nas adaptações pedagógicas, mas também questionar as disparidades entre as redes de ensino, advogar pela implementação da legislação de inclusão e incentivar a formação contínua dos professores.

Assim, os dados indicam a atuação do psicólogo em contexto escolar como articulador entre família-escola-saúde e como agente crítico que tensiona barreiras institucionais (ZOGHBI, 2024). Desta forma, essa atuação profissional encontra respaldo legal ao enfatizar a escola como espaço de inclusão efetiva (LBI/2015; BRASIL,

2023, que revoga o Decreto 10.502/2020).
Indica-se, também, que a presença do psicólogo na rotina pedagógica e não apenas em encaminhamentos clínicos teria maior coerência entre o Plano Educacional Individualizado (PEI) e as práticas cotidianas em sala de aula (ZOGHBI, 2024). Por outro lado, em muitos contextos educacionais, o trabalho do psicólogo escolar e educacional se mostra esporádico, com pouca integração ao planejamento escolar, limitando a transformação institucional que se faz necessária (NASCIMENTO et al., 2024; ZOGHBI, 2024).
Limitações do estudo: estudo de caso único, ausência de seguimento longitudinal e indicadores quantitativos.

Conclusão

A pesquisa confirmou que a inclusão efetiva de alunos com TEA depende da articulação entre práticas pedagógicas adaptadas e arranjos institucionais. A qualidade da implementação mostrou-se mais determinante que o setor público ou privado. O psicólogo escolar assume papel estratégico no co-planejamento pedagógico, mediação escola-família-saúde e enfrentamento das barreiras institucionais.

Referências

MAZZEI, K. A. et al. Public policies for the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). Aracê Magazine, São José dos Pinhais, v. 7, n. 2, p. 5119-5137, 2025. DOI: 10.56238/arev7n2-035.

MENDES, E. G. Inclusão e aprendizagem de alunos com deficiência: desafios para a psicologia escolar. Psicologia Escolar e Educacional, v. 23, n. 2, p. 245-254, 2019.

MITCHELL, Fiona. Promoting inclusive practice for autistic learners: Universal design for learning. Kairaranga, v. 24, n. 2, p. 30-51, 2023.

NASCIMENTO, L. R.; ARAÚJO, M. L. K. K.; PARREÃO, Y. C. S. Psychology and school inclusion of people with autism spectrum disorder in Brazil: an integrative review. Journal of Education and Learning, v. 13, n. 4, p. 121-135, 2024.

PLETSCH, M. D. Políticas de educação inclusiva e práticas pedagógicas: desafios da formação docente. Revista Educação Especial, v. 27, n. 49, p. 373-386, 2014.

SCHMIDT, C.; BOSA, C. A. Autismo e educação: reflexões sobre inclusão escolar. Revista Brasileira de Educação, v. 25, p. 1-20, 2020.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. International classification of diseases for mortality and morbidity statistics – 11th revision (ICD-11). Geneva: WHO, 2022.

ZOGHBI, B. V. P. A atuação da psicologia escolar na inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista. Revista Contemporânea de Educação, v. 19, n. 39, p. 1-15, 2024.